

## CAMINHOS DO PORTUGUÊS: A MEMÓRIA DA ESCRITA PRESERVADA NOS DOCUMENTOS

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz\**

### RESUMO

Os documentos escritos em língua portuguesa representam uma fonte inestimável de preservação da memória linguística. Essa documentação revela os caminhos do português ao longo da sua história. Interessa aqui apresentar as variações gráficas ocorridas na língua até a normatização do seu sistema ortográfico. Para tal, tomar-se-ão como base de análise documentos de diversas épocas, a fim de mostrar a trajetória da escrita portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Documento. Escrita. Ortografia. Memória. Língua Portuguesa.

### Introdução

O advento da escrita legou à humanidade a possibilidade de armazenar, de dar a conhecer à posteridade toda a sua história: repleta de emoções, intrigas, pensamentos, feitos heroicos, descobrimentos, conquistas... enfim, a escrita representa a própria memória do homem. Ela faz parte da civilização de tal modo que se define por si mesma e, nesse contexto, a história da humanidade se divide em dois grandes momentos: antes e depois da escrita. As atuais sociedades têm por base o que está escrito: as leis orais foram substituídas pelas leis escritas, as convenções orais foram substituídas pelos contratos escritos, as religiões de tradição lendária cederam lugar às religiões escritas, ou seja, não existe história que não esteja fundamentada sobre textos escritos. Segundo Bowman e Woolf (1998, p. 5): “Os documentos escritos nos são mais valiosos que a palavra falada, tanto nos contratos financeiros quanto nas publicações acadêmicas”.

Todas as ações do homem estão postas no papel: sua literatura, sua ciência, seu direito, sua religião, etc. Tudo isso se constitui em artefatos da escrita. O homem, suas ideias e seu mundo são vistos através desses artefatos. Para Olson (1997, p. 10):

O tema da escrita tem a ver com as propriedades especiais e peculiares desses artefatos, com esse mundo de papel, com sua força e suas limitações, com seus usos e abusos, com sua história e mitologia; e tem a ver com os tipos de competência e com as modalidades de pensamento e percepção que intervêm na abordagem e na exploração desse mundo de papel.

---

\* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A escrita está intimamente relacionada a esses artefatos, ou seja, ao mundo de papel – com toda sua força e suas limitações. O domínio da escrita é útil e importante e há quem afirme e sustente que esse domínio, tal como a circuncisão, o batismo ou a formação em escola privada, representa o acesso a uma elite privilegiada; havendo também quem garanta que, além de útil e importante, o domínio da escrita contribui para o desenvolvimento da racionalidade e da consciência.

### **A documentação escrita**

Atualmente, nenhum evento significativo prescinde de uma documentação escrita: contratos são selados através de uma assinatura escrita; as mercadorias nos supermercados estão dispostas conforme o que está escrito; os nomes das ruas e dos destinos dos ônibus vêm escritos; as placas informativas em estações ferroviárias e rodoviárias e nos aeroportos; as lápides nas sepulturas, etc. – tudo isso apresentado a partir de um texto escrito. Todas as atividades complexas são registradas através da escrita, seja em livros de receitas culinárias, seja em manuais de aparelhos eletroeletrônicos, seja em livros que ditam a moda. Os créditos que são atribuídos a uma invenção ou a uma realização científica dependem do seu registro escrito.

### **Os documentos em língua portuguesa**

Os primeiros textos escritos em língua portuguesa surgem no período histórico compreendido entre os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Dinis. A partir daí, o uso do novo código escrito se expande, qualitativa e quantitativamente. Essa produção abarca, a princípio, os documentos de tipo mais informal, seguindo-se depois pela utilização dos documentos com caráter mais formal, ou seja, os diplomas. No âmbito dos textos literários, o domínio do português escrito é decorrente do crescimento e diversificação da própria literatura. De acordo com Martins (2001, p. 23):

Ao tempo de D. Dinis o português é a língua da poesia e da prosa literária [sem que tal seja uma novidade deste reinado] e o seu uso vulgarizar-se-á na esfera da produção documental. Está assim fechado o ciclo da gênese e implantação do português escrito.

## Os mais antigos testemunhos portugueses

Até 1961 acreditava-se que os mais antigos textos escritos em língua portuguesa eram os documentos **Auto de Partilhas** (1192) e **Testamento de Elvira Sanches** (1193). Naquele ano, Luís Filipe Lindley Cintra, tendo como referência a autoridade do paleógrafo Rui de Azevedo e os argumentos de natureza linguística, mostra que tais documentos são cópias tardias e que possivelmente seriam traduções de primitivas versões latinas e não documentos originais.<sup>1</sup>

Seguindo essa orientação, filólogos e linguistas portugueses debruçaram-se sobre a pesquisa arquivística em busca de textos que confirmassem o uso do código escrito português em finais do século XII.

Antes de 1255 existiu também uma diminuta produção primitiva portuguesa, constituída por documentos de caráter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o **Testamento de Afonso II** (1214), a **Notícia de Torto** (ca. 1214) e dois documentos do Mogadouro recentemente descobertos. Se se perguntar se esta lista é completa, a resposta mais prudente será negativa. A lista inclui apenas os documentos que hoje são conhecidos, [...] enquanto não forem localizados novos documentos desta época inicial, como a experiência recente nos diz ser possível. [...]. Mas, não é apenas a perspectiva de aparecerem novos documentos em português do período anterior a 1255 que nos recomenda uma resposta negativa. Mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastam os dados internos dos documentos que possuímos para nos persuadirem de que eles não foram os únicos, nem certamente os primeiros, a usar o português, em vez do latim, como língua de escrita (CASTRO, 1991, p. 183.)

Neste sentido, Ana Maria Martins dá encaminhamento à sua pesquisa e, a partir desta, apresenta os seguintes documentos como sendo os mais antigos testemunhos portugueses: Mosteiro de São Cristóvão de rio Tinto – **Anotação de despesas**, de Petro Parada (1175 ou anterior); **Notícia de Fiadores**, de Pelágio Romeu (1175); Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela – **Notícia de herdades**, doação de Pelagius Suerij a sua mulher Sanchia Anriquiz (cerca de 1171-1177).

---

<sup>1</sup> Estes documentos foram editados, respectivamente, por João Pedro Ribeiro, em 1810, e por José Leite de Vasconcelos, em 1901.

## Da necessidade de se estabelecer o português escrito

Até o século XII, já em época linguisticamente galego-portuguesa, ainda usava-se como código escrito o latim-notarial. Contudo, a emergência do uso de novas formas de expressão escrita fez-se inevitável. Segundo Castro (apud MARTINS, 2001, p. 38):

Depois de afirmada a independência de Portugal no século XII e de estabelecidas as fronteiras do reino em meados do século XIII, estavam reunidas condições para que aquele romance galego-português fosse promovido à língua nacional. O primeiro passo era tornar-se língua escrita [da documentação oficial, da literatura e também do uso diário].

Para Castro (2001), o mais antigo texto literário português é **Ora faz ost'ο senhor de Navarra**, escrito por João Soares de Paiva, em 1196. Mattos e Silva (1989, p. 21) afirma que:

[...] Giuseppe Tavani recua para os fins do século XII, 1196, a data do primeiro texto poético galego-português, “a ‘cantiga d’escarnho’, ou melhor, o sirventês político **Ora faz ost'ο senhor de Navarra** de Johan Soares Pahva” (1974, p. 8-9). Apesar de defender com argumentos convincentes essa data para o mais antigo texto poético em português, Tavani, com sabedoria, afirma que a “datação de quase todos os textos galego-portugueses não tem sido sem controvérsia”.

A produção poética dos trovadores representa uma tradição escrita, pois circulava não apenas em suporte de oralidade e memória bem como em “folhas soltas”, que foram depois reunidas nos famosos cancioneiros, tanto individuais quanto coletivos.

Tanto os textos notariais quanto os textos dos trovadores constituem-se em testemunhos de que já se escrevia em português na segunda metade do século XII. Usava-se o mesmo espaço, o *scriptorium* régio, para a produção de textos literários e de diplomas régios. Os dois tipos de produção conviviam nesse ambiente, favorecendo o estabelecimento do português escrito, iniciado na segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, e finalmente fixado no último quartel do século XIII.

As provas documentais deste percurso histórico da língua portuguesa são modestas mas suficientemente esclarecedoras, sobretudo a partir do século XVI, altura em que se verifica uma espécie de anagnórise entre o latim e os vernáculos românicos e se aumenta a produção de vestígios textuais pelo poder multiplicador da tipografia.

Os testemunhos medievais são mais escassos, e provavelmente, no processo de emergência da escrita do português, o que mais avulta é a

aparência de ruptura, e não tanto a coalescência entre as duas línguas. De fato, ao longo da Idade Média, o português impôs-se como língua escrita e terá até sido objeto de uma deliberada afirmação contra o latim, [...] (VERDELHO, 2001, p. 76).

Entre a segunda metade do século XV e princípios do século XVI, valoriza-se a aprendizagem da escrita e da leitura em língua portuguesa. Com isso, a solicitação da escrita em português amplia-se para quase todos os níveis da sociedade, surgindo, em consequência, “Cartinhas para o ensino da escrita e da leitura” (muito difundidas na época) e as gramáticas, sendo as primeiras a **Grammatica da lingoagem portuguesa**, de Fernão de Oliveira, em 1536, e a **Grammatica da Lingua portuguesa**, de João de Barros, em 1539/1540.



Figura 1 - Fólio 2 da Grammatica da lingoagem portuguesa (1536), de Fernão d'Oliveira

As gramáticas elaboradas por Fernão de Oliveira e João de Barros, respectivamente, ainda são consideradas excepcionais, no que concerne à gramaticografia e à história da língua portuguesa.

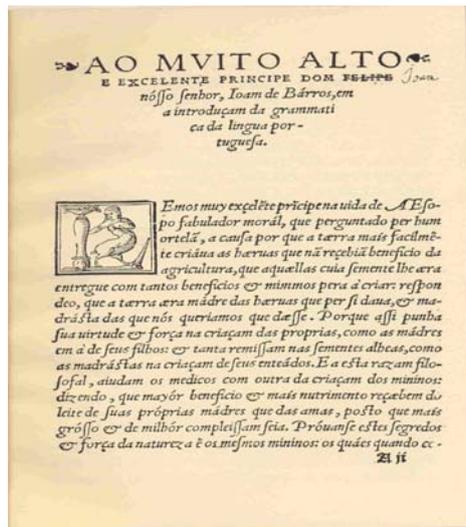


Figura 2 - Fólio 2 da Grammatica da Lingua portuguesa (1539/1540), de João de Barros

### 3 Sobre a ortografia portuguesa

Seguindo-se a ordem vigente, o ensino de português limitava-se, primordialmente, aos objetivos de ler e escrever, baseado no uso das “Cartinhas”. Nesse contexto, com o uso da escrita ampliado, há a necessidade de se fixar a ortografia. Esta, de origem grega, significa “escrita correta”. Os documentos manuscritos do português do século XVI, em comparação com os impressos, apresentam uma variação gráfica. O texto autógrafa revela mais diversidade do que o impresso, que por sua natureza é normalizador. A normalização da grafia é vista como um agente de transmissão cultural e um fator de coesão social, bem como um agente estabilizador da língua. Os primeiros usuários do português escrito não sentiram necessidade de estabelecer um sistema único, coletivo e normativo, pois o que importava era o registro da palavra falada, daí a variação gráfica.

Com a normalização da vida do reino e a lenta constituição de uma literatura, a palavra escrita vem cobrar foros de cidadania e torna-se, ela própria, objeto de clivagens sócio-culturais, especialmente a partir do Renascimento, momento em que a escrita se vai aproximar mais da matriz latina (GONÇALVES, 1992, p. 17-18).

A proliferação de textos manuscritos, com variação das relações fonográficas, provocou o surgimento de pequenos tratados de ortografia, dentre eles **Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa** (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo. Estes tratados representam uma espécie de

epifenômeno do ensino do português, pois são um complemento às “Cartinhas”, acrescentando ao uso destas “alguma informação lexical e uma certa elaboração metalinguística, no âmbito da fonética e da sistematização dos símbolos gráficos” (VERDELHO, 2001, p. 86). Até 1770, data da escolarização da gramática da língua portuguesa, são elaboradas diversas ortografias, sendo a de Duarte Nunes do Leão, **Orthographia da lingua portuguesa** (1590), uma importante referência para a fixação da norma gráfica como também para a história e do pensamento metalinguístico português.

Quer tudo isto dizer que a urgência na fixação de uma única escrita normativa, se era cada vez mais sentida, era também [indiretamente] perturbada pela constante alteração das grandezas sociais. O crescimento demográfico, o dos súditos escolarizados, o dos súditos que liam, o dos mestres que repentinamente haviam passado a ensinar... tudo isto fez crescer a procura de manuais ortográficos e levou a que a produção do gênero fosse múltipla e dispersa, assegurada por diversos impressores que, também eles, cresciam em número. Os compêndios de ortografia sucediam-se à medida que era renovada a decisão de, uma vez por todas, fixar uma escrita uniforme. Quando ela chegasse, serviria nas escolas, serviria aos autores, serviria aos impressores (MARQUILHAS, 2001, p. 118).

### **Da escrita à ortografia**

Os estudiosos das questões ortográficas da língua portuguesa concordam em um ponto: sobre a periodização da ortografia. Foram estabelecidos três períodos: 1. período fonético – dos primeiros textos até o século XVI; 2. período etimológico ou pseudo-etimológico – do século XVI até 1904; 3. período das reformas ortográficas – de 1904 aos dias atuais.

Como visto anteriormente, os mais antigos documentos escritos em português constituem-se um marco para a história da língua, sendo as grafias indícios das alterações operadas no sistema fonético-fonológico, configuradas nos textos escritos.

Analisando-se textos medievais, percebe-se que a prática dos copistas e escribas era fundamentalmente fonética, ou seja, eles transcreviam o mais próximo possível da linguagem falada, havendo neste caso uma grafia diferente para cada unidade fônica. No entanto, essa variação vai perdurar durante muito tempo e, no final do século XVIII, quando a Academia Real das Ciências de Lisboa publicou seu **Diccionario**, este continha o seguinte desabafo:

Admittirseha por agora aquella orthographia, que mais se conformar com a etymologia, principalmente latina, e que se estabelece na euphonia e prática dos eruditos, em quanto a Academia não recebe para seu uso hum systema orthographico, livre de toda a variedade e ordinaria inconstancia (MARQUILHAS, 2001, p. 118).

## A escrita dos textos

Nos mais antigos documentos escritos em português já se verifica a diversificação do registro gráfico em relação à mesma realidade fônica. São encontradas as seguintes correlações fonema X grafema: para a palatal /**ç**/ ⇔ <i>, <gi> e <y>; para a sibilante /s/ ⇔ <s>, <ss>, <z> e <ci>; para a sibilante /z/ ⇔ <z>, <c> e <s>; para a palatal nasal /**ɲ**/ ⇔ <ni>; para a palatal lateral /**lʲ**/ ⇔ <li>.

A ortografia portuguesa baseava-se na tradição, ou seja, na tradição gráfica latina. Mesmo a ortografia dos primeiros momentos sendo de caráter fonético, há uma forte influência da escrita latina.

É que o esforço de codificação gráfica da língua portuguesa só chegará com o século XVI e as primeiras descrições gramaticais da nossa língua. Durante o tempo que vai dos primeiros textos conhecidos [século XIII] às primeiras gramáticas, o português escrito estará [como no-lo demonstram os manuscritos], mais ou menos entregue ao livre alvedrio dos escribas e dos copistas incumbidos de escrever em *linguagem*. Não há que esquecer também que esses indivíduos eram os mesmos que, por ofício, escreviam ou copiavam, em latim, textos de caráter notarial ou outro (GONÇALVES, 1992, p. 39).

No entanto, a influência latina se manterá, principalmente nos mosteiros, onde a preservação e a irradiação da tradição latina é forte. Nos textos literários também não se percebe haver uma preocupação com a ortografia. A epopeia camoniana, surgida no século XVI, é exemplo da relatinização da língua portuguesa, também atribuída ao movimento humanista.

## A memória da escrita preservada nos documentos

Tomando-se como base documentos dos séculos XV ao XX (início), tanto portugueses quanto brasileiros, mostrar-se-ão as mais frequentes variações gráficas ocorridas na ortografia portuguesa. Estes documentos integram os acervos: da Biblioteca

Nacional de Lisboa (BNL), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), do Arquivo Municipal de Santo Amaro – Bahia (Amsa) e da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão (BSMG) – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Os textos analisados foram: séc. XV – Castelo Perigoso (BNL); séc. XVII – Carta sobre as dificuldades dos lusitanos frente à dominação holandesa (BNRJ); séc. XVIII – Denúncia contra uma índia, Carta proibindo as escravas de usarem seda e ouro e Carta proibindo o desembarque de ciganos no Rio de Janeiro (BNRJ); séc. XIX – Carta de Alforria (BSMG); séc. XX (1903) – Auto de Defloração de Maria Juliana (Amsa).

### Século XV: variações no texto “Castelo perigoso”

/s/ ⇔ <s>, <ss>	/z/ ⇔ <z>, <ss>, <ç>	/i/ ⇔ <i>, <j>, <y>	grafias latinizantes
excelentissimo / excelentyssimo possa / posa pensamentos/ pensame <sup>o</sup> tos senom / ssenam	cousa / coussa despreça / despreza	oytauo / oitauo jnstruimentos / jnstruymentos jnferno / inferno	sancta seictemo housaria

### Séc. XVII: variações na Carta sobre as dificuldades dos lusitanos...

/i/ ⇔ <i>, <j>, <y>	/s/ ⇔ <s>, <ss>	/u/ ⇔ <o>, <u>	grafias latinizantes
baya mui	Monis sedo	Deos / Deus	offerece ella

Séc. XVIII: Variações nos textos da Denúncia contra uma índia, da Carta proibindo as escravas... e Carta proibindo o desembarque de ciganos...

/i/ ⇔ <i>, <j>, <y>	/s/ ⇔ <s>, <ss>, <z>, <ç>, <x>	/z/ ⇔ <z>	/u/ ⇔ <o>, <u>
Reyno / Reino Rey	Lixboa fasso / façã ezcandalozamente offença i[n]zistindo siganos escravaz / escravas	douz mezes cazadas dezuniam uzo / uzão / uzem	molheres Deoz / Deus Lingoa

Séc. XIX: variações na Carta de alforria

/s/ ⇔ <s>, <ss>, <z>, <ç>, <x>	/i/ ⇔ <i>, <j>, <y>	/z/ ⇔ <z>, <s>	grafias latinizantes
sirvisso / serviços mossos fasso nacesse	Maruhy	gosando	annos athe assignado facto assignasse

Séc. XX (1903): Auto de defloramento

grafias latinizantes	/z/ ⇔ <z>, <s>	/i/ ⇔ <i>, <j>, <y>
anno outhorgadas facto additamento	extremoza trez mez juiso	Ayres Almeida

## Considerações finais

A partir do séc. XVI, com o movimento humanista renascentista, as línguas românicas, estando incluída neste grupo a língua portuguesa, passam a ser objeto de descrições gramaticais, sendo estas dentro dos moldes normativos. Neste âmbito também se insere a ortografia. Até então, as línguas *vulgares* não representavam instrumento de interesse da classe culta. As primeiras gramáticas da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1539-1540), apresentam tentativas de regulamentar a ortografia portuguesa, estas de acordo com os princípios greco-latinos, visando aproximar a língua portuguesa o mais possível do ideal de perfeição e pureza. Neste sentido, a ortografia manifesta a filiação ao latim. No entanto, João de Barros aproxima a grafia da fonética, declarando em sua obra: “orthographia é vocábulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós devemos escrever com estas léteras ortografia, porque com élas pronunciamos” (BARROS apud GONÇALVES, 1992, p. 42)

Seguindo-se uma outra tendência, a partir do final do século XVI os textos metaorográficos defendem o papel da etimologia, mesmo que esta seja injustificada ou falsa. Sendo assim, encontrar-se-ão latinismos de todo gênero na epopeia camoniana e, neste caso, as formas retiradas da fonte latina prevalecem sobre as formas tradicionais ou populares. Assim, o sistema ortográfico do português apresenta-se complexo, pois aos grafemas são conferidos valores distintos, sejam eles de ordem fônica, etimológica, semântica e distintiva. Isso ocasiona, até aos dias atuais, uma sobrecarga de informativa que não está ao alcance de todos os indivíduos, mesmo que sejam alfabetizados.

Como visto, este trabalho traz, de forma breve, a história da ortografia portuguesa ou a memória da sua escrita, preservada até a atualidade através de todo tipo de documento – literário ou não, formal ou informal, público ou privado. Assim, espera-se que este texto seja mais uma contribuição para os estudos da língua portuguesa.

### LES CHEMINEMENTS DU PORTUGAIS: LA MÉMOIRE DE L'ÉCRITURE PRESERVÉE DANS LES DOCUMENTS

#### RÉSUMÉ

Les documents écrits en langue portugaise représentent une source inestimable de préservation de la mémoire linguistique. Cette documentation permet connaître les cheminements du portugais tout au long de son histoire. Les variations graphiques de la langue jusqu'à la normalisation de son système orthographique seront présentées ici. Les documents de différentes époques seront analysés dans le but de montrer la trajectoire de l'écriture portugaise.

**MOTS-CLÉS:** Document. Écriture. Orthographe. Mémoire. Langue portugaise.

## Referências

- AZEVEDO, Pedro A. de. A respeito da antiga ortografia portuguesa. **Revista Lusitana**, Lisboa, v. 6, p. 261-268, 1900-1901.
- BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**: com os mandamentos da Santa Madre Igreja. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. São Paulo: IP/PUC; Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BOWMAN, A.K.; WOOLF, G. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo, Ática: 1998.
- CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- COSERIU, Eugenio. **Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)**. Tradução de Maria Christina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- GÃNDAVO, Pero de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- GONÇALVES, Maria Filomena. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII**: para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro. **Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – 1155-1200**: exercícios de análises de grafias. 1988. Dissertação (Mestrado em Paleografia e Diplomática) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.
- HAUY, Amini Boainain. **História da língua portuguesa**: séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989.
- HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- LEÃO, Duarte Nunes do. **Ortografia e origem da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983. Introdução, notas e leitura por Maria Leonor Carvalhão Buescu.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português**: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Lisboa: Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.

MARQUILHAS, Rita. Em torno do Vocabulário de Bluteau: o reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: CAMINHOS DO PORTUGUÊS: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. **Catálogo...** Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 105-118.

MARTINS, Ana Maria. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: CAMINHOS DO PORTUGUÊS: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. **Catálogo...** Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 23-71.

MATOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas:** elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

\_\_\_\_\_. **O português arcaico:** fonologia. São Paulo: Contexto; Salvador: Edufba, 1991.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da linguagem portuguesa (1536).** Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

PAIVA, Dulce de Faria. **História da língua portuguesa:** século XV e meados do século XVI. São Paulo: Ática, 1988.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. **“Dos benefícios de Deus”, “Livro da consciência e do conhecimento próprio”, “Da amizade e das qualidades do amigo”:** Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística **“Castelo Perigoso” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214.** 2002. 475 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTANA NETO, João Antônio de; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Variação grafemática no texto do “Castelo Perigoso”. **Estudos Linguísticos,** São Paulo, v. 28, p. 188-193, 1999.

TELLES, Célia Marques. Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI. **Revista da Anpoll,** São Paulo, n. 12, p. 37-64, jan./jun. 2002.

VERDELHO, Telmo. Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesa. In: CAMINHOS DO PORTUGUÊS: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. **Catálogo...** Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 75-102.